



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SECA - PB

NÍVEL SUPERIOR

ADVOGADO

EXAME GRAFOTÉCNICO:

(Transcreva a frase abaixo no local indicado na sua Folha de Respostas)

**“Cidade bela, grande na sua cultura
De um povo livre, honesto e trabalhador”**

INSTRUÇÕES:

- 01** Verifique se este caderno de provas contém **40 (quarenta)** questões de múltipla escolha, sendo Português de **01 a 15**, Raciocínio Lógico de **16 a 25** e Conhecimentos Específicos de **26 a 40**.
- 02** Observe se há falhas ou imperfeições gráficas que causem dúvidas. Caso existam, comunique imediatamente ao Fiscal de Sala.
- 03** Verifique se os dados existentes na Folha de Respostas conferem com os dados do Cartão de Inscrição.
- 04** Esta Prova tem duração de **4 (quatro)** horas. Não é permitida a saída do candidato antes de esgotado o tempo mínimo de **2 (duas)** horas.
- 05** É vetado, durante a prova, o intercâmbio ou empréstimo de material de qualquer natureza entre os candidatos, bem como o uso de celulares, calculadoras e/ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico. A fraude, ou tentativa, a indisciplina e o desrespeito às autoridades encarregadas dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
- 06** Assine a **Lista de Presença** e entregue ao Fiscal de Sala a **Folha de Respostas** devidamente assinada, bem como o **Caderno de Prova**.



PORTUGUÊS

Leia atentamente o texto I para responder às questões 1, 2 e 3.

Texto I - MEMÓRIA: ESQUECER PARA LEMBRAR

Nossas cabeças estão cada vez mais cheias. Ao mesmo tempo, esquecemos cada vez mais coisas. A explicação disso acaba de ser descoberta – e é surpreendente

Por **Bruno Garattoni e Gisela Blanco**

Atualizado em 31 mar. 2017, 11h56 - Publicado em 5 fev. 2011, 22h00

Você conhece uma pessoa e logo depois esquece o nome dela? Nunca sabe onde largou as chaves de casa, a carteira, os óculos? Vai ao supermercado e sempre deixa de comprar alguma coisa porque não se lembra? E de vez em quando, bem no meio de uma conversa, para e se pergunta sobre o que é que estava falando mesmo? Você não é o único. Bem-vindo ao mundo moderno. Devem existir uns 6 bilhões de pessoas com o mesmo problema. No meio de tudo o que escolhemos e temos para fazer é difícil se lembrar de alguma coisa. Isso você já sabe. O que você não sabe é que a sua memória tem uma capacidade incrível, muito maior do que jamais imaginou. E a chave para dominá-la não é tentar se lembrar de cada vez mais coisas: é aprender a esquecer.

[...] Por que esquecemos quando queremos lembrar? A resposta acaba de ser descoberta, e vai contra tudo o que sempre se pensou sobre memória. A ciência sempre acreditou que uma memória puxa a outra, ou seja, lembrar-se de uma coisa ajuda a recordar outras. Em muitos casos, isso é verdade (é por isso que, quando você se lembra de uma palavra que aprendeu na aula de inglês, por exemplo, logo em seguida outras palavras vêm à cabeça. Mas um estudo revolucionário, que foi publicado por cientistas ingleses e está causando polêmica entre os especialistas, descobriu o oposto. Quando você se lembra de algo, isso pode gerar uma consequência negativa – enfraquecer as outras memórias armazenadas no cérebro. “O enfraquecimento acontece porque se lembrar de uma coisa é como reaprendê-la”, explica o psicólogo James Stone, da Universidade de Sheffield. Vamos explicar.

As memórias são formadas por conexões temporárias, ou permanentes, entre os neurônios. Suponha que você pegue um papelzinho onde está escrito um endereço de rua. O seu cérebro usa um grupo de neurônios para processar essa informação. Para memorizá-la, fortalece as ligações entre eles – e aí, quando você quiser se lembrar do endereço, ativa esses mesmos neurônios. Beleza. Só que nesse processo parte do cérebro age como se tal informação (o endereço de rua) fosse uma coisa inteiramente nova, que deve ser aprendida. E esse pseudoaprendizado acaba alterando, ainda que só um pouquinho, as conexões entre os neurônios. Isso interfere com outros grupos de neurônios, que guardavam outras memórias, e chegamos ao resultado: ao se lembrar de uma coisa, você esquece outras. [...]

“Esquecer faz parte de uma memória saudável”, afirma o neurocientista Ivan Izquierdo, diretor do centro de memória da PUC-RS e autor do livro *A Arte de Esquecer*. Até 99% das informações que vão para a memória somem alguns segundos ou minutos depois. Isso é um mecanismo de limpeza que ajuda a otimizar o trabalho do cérebro. Se tudo ficasse na cabeça para sempre, ele viraria um depósito de entulho. Isso nos tornaria incapazes de focar em qualquer coisa e atrapalharia bastante o dia-a-dia. Afinal, para que saber onde você estacionou o carro na semana passada? O importante é se lembrar de onde o deixou hoje de manhã. O esquecimento também é um trunfo da evolução. Imagine se as mulheres pudessem se lembrar exatamente, nos mínimos e mais arrepiantes detalhes, a dor que sentiram durante o parto? Provavelmente não teriam outros filhos. Aliás, recordar-se de tudo pode ter efeitos psicológicos graves. É o caso da americana Jill Price, de 44 anos [...]. Ela sabe tudo o que aconteceu, comeu e fez em cada dia dos últimos 29 anos. Por causa disso, tem problemas psiquiátricos e sofre para levar uma vida normal. “Imagine se você conseguisse se lembrar de todos os erros que já cometeu”, explica. Seria horrível. [...]

GAROTTINI, Bruno; BLANCO, Gisele. **Memória**: esquecer para lembrar. 31 mar. 2017. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/memoria-esquecer-para-lembrar>. Acesso em: 15 jul. 2024. Adaptado.

1ª QUESTÃO

A partir da leitura do texto, considere as seguintes assertivas:

- I- A ideia central da reportagem é que esquecer é um mau sinal para o cérebro.
- II- A presença de argumentos de autoridade no texto reforça a ideia central de que esquecer, na verdade, é parte integrante de uma memória funcional.
- III- De acordo com o texto, se todas as memórias fossem permanentes, o indivíduo poderia sofrer efeitos psicológicos graves.
- IV- O texto defende que a vida moderna não tem relação com a crescente incidência de esquecimento que experimentamos.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I e III apenas.
- b) II e III apenas.
- c) I, III e IV apenas.
- d) I, II, III e IV.
- e) II e IV apenas.

2ª QUESTÃO

No tocante aos aspectos estruturais e semânticos do texto, considere as assertivas que se seguem.

- I- O substantivo **Beleza** (terceiro parágrafo), no terceiro parágrafo, instaura um registro de linguagem impróprio ao propósito comunicativo da reportagem.
- II- No texto, as expressões **E aí** e **Beleza** (terceiro parágrafo) são expressões do registro informal da linguagem e são empregadas para deixar o texto mais atraente para o seu público-alvo.
- III- O pronome demonstrativo **Isso** (em todo texto) não tem participação na sequenciação textual.
- IV- A expressão **dia-a-dia** (quarto parágrafo) não está escrita corretamente.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) III e IV.
- b) II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

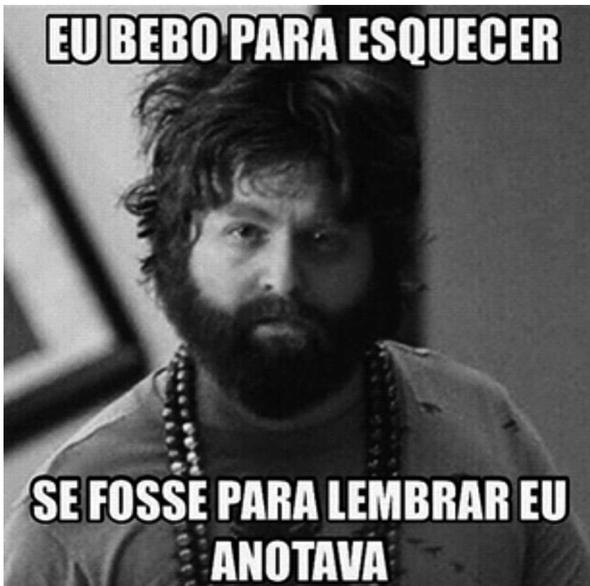
3ª QUESTÃO

A locução **ou seja**, presente no período “A ciência sempre acreditou que uma memória puxa a outra, **ou seja**, lembrar-se de uma coisa ajuda a recordar outras”, exerce a função de:

- a) ironia.
- b) reiteração.
- c) coordenação de elementos com a mesma função sintática.
- d) contestação.
- e) explicação.

O texto II, um meme, deve ser lido para responder às questões 4, 5 e 6.

Texto II



Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/106890191135095194/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

4ª QUESTÃO

Acerca do texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O uso da linguagem no texto o enquadra no registro formal da língua e impacta o potencial de propagação da mensagem.
- b) O propósito comunicativo do gênero textual em tela é divulgar uma fonte de informação.
- c) O contexto do meme evoca uma situação bastante observada na vida cotidiana.
- d) A forma como se articula a mensagem impede que o meme se replique rapidamente, mesmo que através da internet.
- e) Este meme possui um caráter exclusivamente efêmero. Logo, ele não tem potencial para se propagar por muito tempo.

5ª QUESTÃO

Considerando o uso linguístico do meme, é CORRETO o que se afirma em:

- a) Os verbos **Esquecer** e **Lembrar** têm funcionalidades distintas.
- b) O verbo **Esquecer** atua como intransitivo.
- c) A forma pronominal dos verbos **Esquecer** e **Lembrar** (Esquecer-se e Lembrar-se) é a única correta.
- d) As orações **Para esquecer** e **Para lembrar** são reduzidas de participio.
- e) O verbo **Lembrar** está empregado no texto como transitivo indireto.

6ª QUESTÃO

Ainda com base no texto verbal do meme, considerando o emprego CORRETO da vírgula e do ponto-final, este se verificaria em:

- a) Eu bebo para esquecer se fosse, para lembrar eu anotava.
- b) Eu bebo para, esquecer. Se fosse para lembrar eu anotava.
- c) Eu bebo para esquecer. Se, fosse para lembrar eu anotava.
- d) Eu bebo para esquecer. Se fosse para lembrar, eu anotava.
- e) Eu bebo para esquecer. Se fosse para, lembrar eu anotava.

O Texto III é uma tira a seguir. Leia-a atentamente para responder às questões 7 e 8.

Texto III



Disponível em: https://www.instagram.com/p/C87vmLEPjMS/?img_index=1. Acesso em: 15 jul. 2024.

7ª QUESTÃO

Acerca da tira, analise as assertivas abaixo.

- I- A pergunta de Dolores no último quadrinho dispara o efeito de humor da tira.
- II- O valor argumentativo de **Então** no segundo quadrinho desvincula a pergunta de Dolores à afirmação de Dona Anésia no primeiro quadrinho e estabelece a noção semântica de tempo.
- III- A pergunta de Dolores no segundo quadrinho investe a afirmação de Dona Anésia no primeiro quadrinho de um valor semântico de contradição.
- IV- A partícula expletiva **É que** no terceiro quadrinho tem o valor de realce e não exerce nenhuma função sintática.
- V- No último quadrinho, o enunciado "É que você é **à** prova de piadas", caso se troque **prova** por **teste**, considerando-se apenas o aspecto da regência, não ocorre a presença de preposição antes do artigo **o**.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II, III e IV.
- b) I, II e V.
- c) II e III.
- d) III, IV e V.
- e) I, III e IV.

8ª QUESTÃO

Leia o período composto presente no primeiro quadrinho:

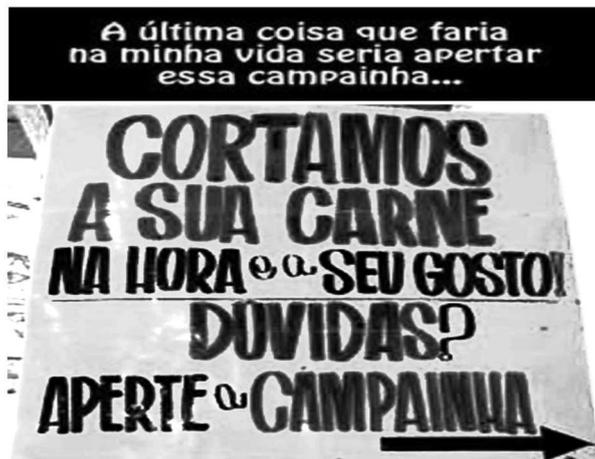
Perco o amigo, mas não perco a piada.

A oração em destaque é CORRETAMENTE classificada como:

- a) oração subordinada substantiva subjetiva.
- b) oração coordenada sindética aditiva.
- c) oração coordenada assindética.
- d) oração coordenada sindética adversativa.
- e) oração subordinada adjetiva restritiva.

Para responder à questão 9, leia o texto IV.

Texto IV



Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/516999232226210857/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

9ª QUESTÃO

Analise as assertivas abaixo.

- I- A oração “Cortamos a sua carne” não apresenta um problema de coerência textual.
- II- As relações lógico-semânticas presentes na oração “Cortamos a sua carne” em relação à frase “na hora e a seu gosto” geram um efeito de sentido humorístico não pretendido.
- III- Ao reescrever “Cortamos a sua carne” por “Fatiamos a sua carne”, o problema de coerência textual é resolvido.
- IV- A forma verbal Aperte está conjugada no modo subjuntivo.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) II e III.
- c) I e II.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

Para responder às questões 10, 11 e 12, leia o texto V.

Texto V



Fonte: Quino. **Mafalda**. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/39617671711906286/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

10ª QUESTÃO

Acerca da tira, analise as assertivas que se seguem:

- I- A expressão “Imagina!” estabelece a relação lógico-semântica de que repartir o torrone será motivo de arrependimento mais tarde.
- II- O enunciado “Bem que dizem que repartir é morrer um pouco” confirma a ideia de que dividir o torrone é de fato uma boa ideia.
- III- A ideia central do texto é a opinião segundo uma das personagens diz que repartir é quase tão ruim quanto morrer.
- IV- A julgar pela expressão facial da personagem que divide o torrone, pode-se pressupor que ela já se encontra arrependida da ação proposta no primeiro quadrinho.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e IV.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

11ª QUESTÃO

No período composto “Bem que dizem **que repartir é morrer um pouco**”, a oração em destaque se classifica do ponto de vista sintático como uma:

- a) oração subordinada adverbial temporal.
- b) oração subordinada adjetiva restritiva.
- c) oração subordinada substantiva objetiva direta.
- d) oração coordenada sindética explicativa.
- e) oração coordenada sindética conclusiva.

12ª QUESTÃO

Ainda com relação ao enunciado presente no último quadrinho da tira (“Bem que dizem que repartir é morrer um pouco”), analise as assertivas abaixo.

- I- As duas ocorrências da palavra **que** correspondem à mesma função sintática.
- II- A segunda ocorrência da palavra **que** atende à função sintática de conjunção integrante.
- III- Os verbos **repartir** e **morrer** estão no infinitivo.
- IV- Em “**Bem que dizem**”, tem-se uma oração sem sujeito.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

O Texto VI é um editorial, leia-o para responder às questões 13, 14 e 15.

CRACOLÂNDIAS ESPALHADAS

Grupos de usuários, antes restritos à região central, se dispersam por São Paulo

22 jul. 2024, às 22h00

Apesar de existir equipamentos públicos de atendimento a dependentes químicos e pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, a principal abordagem da prefeitura sobre a cracolândia tem sido a policial, com operações para dispersar aglomerações de usuários da droga no centro da capital.

Mas outros bairros possuem agrupamentos do tipo; e as ações das forças de segurança no centro podem ter contribuído para espalhar os dependentes para outras zonas da metrópole.

É o que mostra levantamento exclusivo desta **Folha**, com dados da Secretaria de Segurança Pública obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. O trabalho mostrou que, no ano passado, a cidade tinha 72 concentrações de usuários distribuídas em 47 bairros. No estado, 160, em 45 municípios.

Na capital, a maioria estava na zona leste (20) e no centro (15). A periferia era a região mais afetada. Mas foram registradas aglomerações em bairros nobres, como Alto de Pinheiros e Pinheiros. São Bernardo e Guarulhos, na região metropolitana, lideram a lista estadual com 8 cada; Campinas, com 7, vem em seguida.

O consumo de crack a céu aberto por grandes grupos de usuários, como os vistos principalmente no centro, causa transtornos a moradores e comerciantes, não só com barulho e acúmulo de lixo nas vias, mas com aumento de crimes, como roubos e furtos. Já os usuários sofrem com a dependência.

Passa da hora de o poder público implementar uma política multidisciplinar integrada (saúde, segurança, moradia e geração de renda) contínua e de longo prazo para combater o problema sem infringir direitos humanos —casos da violência policial e de internações compulsórias indevidas.

No setor específico da segurança, devem-se alocar recursos em inteligência investigativa, para conter o tráfico e eliminar fontes de financiamento das facções; e em policiamento ostensivo para proteger moradores e comerciantes.

Caso contrário, as cracolândias continuarão a se espalhar. Em ano de eleições municipais, candidatos precisam mostrar projetos factíveis, e os eleitores devem exigí-los.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2024/07/cracolandias-espalhadas.shtml>. Acesso em: 25 jul. 2024.

13ª QUESTÃO

Com base no texto, considere as seguintes assertivas.

- I- A ideia central do texto gira em torno da tese segundo a qual o combate exclusivamente coercitivo às chamadas cracolândias vem a acarretar a dispersão dos usuários de drogas e pessoas em situação de rua para outros bairros de São Paulo.
- II- Em 2023, bairros nobres de São Paulo, como Alto de Pinheiros e Pinheiros, eram mais afetados pelo fenômeno das cracolândias do que a periferia da cidade.
- III- O aumento do índice de criminalidade em um bairro não tem relação com a existência de cracolândias.
- IV- A Folha defende que cabe ao poder público oferecer ações afirmativas com relação aos usuários de crack e outras drogas, bem como às pessoas em situação de rua.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I e IV.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

14ª QUESTÃO

Sobre o contexto situacional no qual se insere e se estrutura o texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em virtude de ser um gênero jornalístico, predomina no editorial o caráter informativo.
- b) Por se tratar de um editorial, a argumentatividade predomina em sua estruturação.
- c) O propósito comunicativo do texto é convencer o leitor da Folha acerca da legitimidade da coerção policial e da internação compulsória no combate ao advento das cracolândias em São Paulo.
- d) A progressão temática se dá a partir da defesa da tese de que a periferia de São Paulo era a região mais afetada pelos usuários de drogas e pessoas em situação de rua.
- e) A argumentação se constrói em torno do fato de que em São Paulo, os usuários de crack e outras drogas, bem como as pessoas em situação de rua, deveriam ser tratados como contraventores e punidos como tal.

15ª QUESTÃO

No tocante ao funcionamento linguístico-discursivo do texto em estudo, analise as assertivas a seguir.

- I- O texto traz dados estatísticos para endossar a ideia central de que a atuação da prefeitura com relação às cracolândias em São Paulo causou a sua disseminação para outros bairros da cidade, inclusive para bairros considerados nobres.
- II- O termo **agrupamentos do tipo** (“Mas outros bairros possuem agrupamentos do tipo”) evita a repetição desnecessária do referente **cracolândia**.
- III- A ideia de que, em São Paulo, os dependentes químicos e pessoas em situação de rua estão em sofrimento e necessitam, sim, de políticas públicas que tenham um impacto positivo sobre a sua cidadania e qualidade de vida atua como um contra-argumento com relação à opinião de que essas pessoas merecem ser enquadradas pela polícia como quaisquer outros contraventores.
- IV- O autor do editorial não é contrário à polícia no contexto da problemática das cracolândias em São Paulo, mas sim à violência policial contra as pessoas que formam esses agrupamentos.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) III e IV apenas.
- b) I e II apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) I, III e IV apenas.
- e) II e III apenas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

16ª QUESTÃO

Qual dos itens abaixo corresponde aos valores lógicos omissos (de cima para baixo) na tabela-verdade abaixo?

p	q	r	$\{ [(p \rightarrow \sim q) \wedge r] \wedge \sim p \} \leftrightarrow [(p \vee r) \leftrightarrow \sim p]$
V	V	V	V
V	V	F	
V	F	V	V
V	F	F	
F	V	V	V
F	V	F	
F	F	V	V
F	F	F	

- a) VVVV c) VVFV e) FVVV
b) VVVF d) VFVV

17ª QUESTÃO

Pedro possui uma loja de eletrônicos que, em dezembro, celebrará o 7º aniversário de sua inauguração. Para marcar a ocasião, Pedro decidiu conceder um desconto de R\$ 195,00 em todas as compras que excedam o valor de R\$ 350,00 realizadas durante o mês. Além disso, será oferecido um desconto adicional de R\$ 50,00 para clientes, cujo gasto total ultrapasse R\$ 500,00. Um cliente efetuou uma compra no valor total de R\$ 780,00. Qual será o valor final a ser pago por esse cliente após a aplicação dos descontos concedidos por Pedro?

- a) R\$ 585,00. c) R\$ 535,00. e) R\$ 500,00.
b) R\$ 555,00. d) R\$ 515,00.

18ª QUESTÃO

Márcia tem uma sacola com caramelos e pirulitos. Depois de dar $\frac{1}{5}$ dos caramelos para Clara, a quantidade de caramelos que sobra na sacola é $\frac{2}{3}$ da quantidade de pirulitos. Em seguida, Márcia deu 56 pirulitos para Rodolfo. A quantidade de pirulitos que restou na sacola foi $\frac{4}{5}$ da quantidade de caramelos restante na sacola. Quantos doces de cada tipo restam na sacola de Márcia?

- a) 100 caramelos e 64 pirulitos.
b) 80 caramelos e 64 pirulitos.
c) 100 caramelos e 120 pirulitos.
d) 80 caramelos e 120 pirulitos.
e) 64 caramelos e 80 pirulitos.

19ª QUESTÃO

A proposição $[(\sim p \rightarrow q) \vee \sim r] \rightarrow (\sim r \vee q)$ é logicamente equivalente a qual das proposições a seguir?

- a) $(\sim p \wedge \sim q \wedge r) \vee (r \vee q)$
b) $(\sim p \wedge \sim q \wedge r) \wedge (r \rightarrow q)$
c) $(\sim p \wedge \sim q \wedge r) \wedge (r \rightarrow p)$
d) $(\sim p \wedge \sim q \wedge r) \vee (r \rightarrow q)$
e) $(p \wedge \sim q \wedge r) \vee (\sim r \vee q)$

20ª QUESTÃO

Rebeca estava estudando Matemática e definiu a seguinte operação:

$x \otimes y = 2x - 7y + x^2 y$, em que x e y são números naturais. Qual o valor de y , se $3 \otimes y = 28$?

- a) 13. c) 9. e) 11.
b) 5. d) 7.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26ª QUESTÃO

Acerca da Lei Municipal nº 424/2021, é CORRETO afirmar que:

- a) o valor anual da taxa de administração para manutenção do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Lagoa Seca – IPSEER corresponderá a 2% (dois por cento) aplicados sobre o somatório da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao IPSEER, apurado no exercício financeiro anterior, a partir do exercício financeiro de 2022.
- b) são segurados do IPSEER: o servidor público titular de cargo efetivo, dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas Autarquias, salvo as de regime especial e fundações públicas e os pensionistas.
- c) o segurado aposentado que vier a exercer mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal não permanece vinculado ao IPSEER.
- d) o menor sob tutela não poderá ser equiparado aos filhos do segurado, mesmo mediante apresentação de termo de tutela.
- e) são beneficiários do IPSEER, na condição de dependente do segurado: o cônjuge, a companheira, o companheiro, na constância do casamento ou da união estável, inclusive homoafetiva, e o filho não emancipado de qualquer condição, menor de vinte e um anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave, e comprovadamente viva sob dependência econômica do servidor, no caso deste último, cuja enfermidade seja anterior ao óbito do segurado e comprovada por perícia médica designada pelo IPSEER; os pais, se economicamente dependentes do segurado, comprovada tal condição através da ação judicial, e o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de dezoito anos ou inválido, cuja enfermidade seja anterior ao óbito do segurado e comprovada por perícia médica designada pelo IPSEER.

27ª QUESTÃO

Sobre a Lei Municipal nº 478/2023, é CORRETO afirmar que:

- a) é permitida a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos de atividades de natureza continuada.
- b) o Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será composto apenas de Projeto de Lei do Orçamento e de Tabelas Explicativas.
- c) a elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2024 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a melhor eficiência na gestão fiscal, observando os princípios da legalidade e eficiência, e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.
- d) por unidades físicas, entendem-se as unidades do produto esperado pelo emprego de recursos públicos, a exemplo do número de alunos matriculados, número de atendimentos odontológicos, número de consultas médicas, número de famílias assistidas e assim por diante.
- e) na estimativa da receita do projeto de lei orçamentária, não poderão ser considerados os efeitos de propostas que objetivem alterar a legislação tributária municipal, mesmo as que venham estar em tramitação na Câmara Municipal até a aprovação do orçamento de 2024.

28ª QUESTÃO

No que concerne à jornada de trabalho, aos vencimentos e vantagens pecuniárias dispostas na Lei Municipal Complementar nº 002/2024, é CORRETO afirmar que:

- a) a gratificação de cargo comissionado será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do vencimento do cargo para o qual o servidor for designado, quando o valor do salário do respectivo cargo for igual ao salário-mínimo vigente.
- b) a jornada de trabalho dos ocupantes de cargo de provimento em comissão é de 20 horas semanais, podendo ser convocados para desenvolver suas funções em tempo integral, de acordo com as necessidades da administração municipal.
- c) os servidores efetivos do quadro geral, com exercício de suas atividades em regime de plantão de 12 horas, terão direito a folga de 36 horas, enquanto os que cumprem plantão de 24 horas terão direito a folga de 72 horas.
- d) em se tratando de designação de servidor do quadro efetivo para o exercício do cargo de Secretário Municipal, cuja remuneração do cargo de origem for igual ou superior a dois salários-mínimos e meio, a gratificação pelo exercício do cargo de Secretário Municipal será correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do cargo de Secretário.
- e) a gratificação de atividade especial poderá ser concedida aos ocupantes do cargo de Secretário Municipal ou de cargos com *status* de Secretário Municipal.

29ª QUESTÃO

A Fazenda Pública do Estado Utópico ajuizou execução fiscal na Comarca de Vaporubi em face da empresa ZITO DO PAU D'ARCO LTDA., embasada na dívida de ICMS, multa e correção/juros. Ao analisar a Certidão de Dívida Ativa (CDA), a executada percebeu que os seus dados não estavam inseridos no título executivo extrajudicial e que a Procuradoria Geral do Estado Utópico havia cadastrado erroneamente os dados da empresa executada e de seu sócio no sistema PJe, pois os dados inseridos na CDA diziam respeito à empresa SERRA DE PILARES S.A, empresa a qual a executada desconhece e que jamais fez parte do quadro societário. Em virtude disso, a empresa teve que contratar e arcar com honorários de advogados para defender os seus direitos na referida execução fiscal. Sendo assim, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, do Código de Processo Civil e do Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

- a) na hipótese em que a exceção de pré-executividade é acolhida, ainda que ocorra a extinção total ou parcial da execução, não é cabível a condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios sucumbenciais.
- b) no presente caso, discute-se um vício, qual seja: cadastramento errôneo da empresa na execução fiscal (via PJe), ou seja, ilegitimidade da empresa ZITO DO PAU D'ARCO LTDA. para figurar no polo passivo da execução, não sendo, portanto, corresponsável na execução fiscal. Trata-se, portanto, de situação que enseja a oposição de exceção de pré-executividade.
- c) o caso não se enquadra no princípio da causalidade, pois os encargos processuais não devem ser atribuídos à parte que provocou, mesmo que tenha dado causa ao ajuizamento da ação ou mesmo que pudesse ter evitado a movimentação da máquina judiciária.
- d) a exceção de pré-executividade não é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.
- e) não é possível a condenação do Exequente ao pagamento da verba honorária sucumbencial, em face do adorno de litigiosidade própria do incidente, que exigiu da empresa executada a contratação de profissional liberal de Direito para lhe representar em juízo.

30ª QUESTÃO

A respeito da Lei nº 8.742/1993, é CORRETO afirmar que:

- a) o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 60 (sessenta) anos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
- b) para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- c) os valores recebidos a título de auxílio financeiro temporário ou de indenização por danos sofridos em decorrência de rompimento e colapso de barragens, bem como os rendimentos decorrentes de estágio supervisionado e de aprendizagem, serão computados para fins de cálculo da renda familiar *per capita*.
- d) observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal *per capita* igual a 1/3 (um terço) do salário-mínimo.
- e) a condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.

31ª QUESTÃO

De acordo com o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Lagoa Seca-PB (Lei Municipal Complementar nº 002/2024), é CORRETO afirmar que:

- a) o ingresso nas funções gratificadas dar-se-á pela nomeação do Prefeito Municipal de servidores integrantes de cargos dos Quadros Efetivo de Pessoal e de Comissão para exercer atribuições de assessoramento, coordenação, chefia, supervisão ou outras atividades nos órgãos que integram a Estrutura Administrativa Municipal.
- b) é permitida a acumulação remunerada de 02 (duas) ou mais funções gratificadas.
- c) os servidores do quadro geral efetivo, com jornada de trabalho semanal de 40 horas que estejam matriculados e comprovadamente frequentando curso de nível superior reconhecido pelo órgão competente, cumprirão carga horária diária de 06 (seis) horas.
- d) é de 30 (trinta) dias, a contar da data da posse, o prazo para que o servidor entre em exercício. Caso contrário, será exonerado do cargo.
- e) o ingresso de servidor público em Cargo de Provimento em Comissão dar-se-á através da livre nomeação do chefe do Poder Executivo apenas entre pessoas de reconhecida capacidade profissional.

32ª QUESTÃO

João do Espírito Santo veio a óbito e deixou o cônjuge sobrevivente (Sebastiana), casada em regime de comunhão universal, e quatro filhos vivos: Florisbela, Janúncio, Petrolina e Guilhermino. O *de cujus* deixou quatro imóveis avaliados pela Fazenda Pública Estadual em R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais). Em virtude do falecimento do pai, Florisbela ingressou com ação de inventário para partilha dos bens, tendo sido nomeada como inventariante pelo Juízo da Vara de Sucessões.

No curso do processo, os três filhos do falecido e a viúva (genitora de Florisbela, Janúncio, Petronila e Guilhermino) foram citados para se pronunciarem acerca da abertura do inventário. A herdeira Petronila se habilitou nos autos afirmando perante o juízo que renunciava, a título gratuito, à sua cota parte da herança em face da irmã Florisbela, e o herdeiro Janúncio também afirmou que renunciava, a título gratuito, ao seu quinhão em prol do irmão Guilhermino.

Designada audiência para homologação das renúncias, os herdeiros Petronila e Janúncio reafirmaram ao juízo as respectivas vontades de renunciarem às suas cotas partes em prol dos irmãos Florisbela e Guilhermino, e estes aceitaram as cotas renunciadas.

Sendo assim, foram lavrados termos judiciais de renúncias à herança pelo Juízo da Vara de Sucessões. Intimados para pagarem o ITCMD perante a Fazenda Pública Estadual, a viúva Sebastiana deixou de recolher o ITCMD e Guilhermino e Florisbela recolheram o imposto de transmissão *causa mortis* com base no valor que cada um herdou, respectivamente, em virtude do falecimento do pai.

Em relação ao caso em questão e ao Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, disciplinado na Lei Estadual nº 5.123/1989, é CORRETO afirmar que:

- a) as renúncias à herança de Petronila e Janúncio não são válidas, pois não foram realizadas por instrumento público.
- b) não deve incidir ITCMD sobre as cotas renunciadas pelos irmãos Petronila e Janúncio em prol de Florisbela e Guilhermino, em virtude da proibição da dupla tributação, com base na Lei Estadual nº 5.123/1989.
- c) no caso, os irmãos Petronila e Janúncio realizaram espécies de cessões de direitos hereditários a título gratuito em favor de Florisbela e Guilhermino, ou seja, renúncias translativas (*in favorem*), devendo incidir, portanto, o ITCMD sobre a transmissão intervivos e o ITCMD sobre a transmissão *causa mortis*, em respeito ao que dispõe a lei estadual. Sendo assim, os herdeiros Florisbela e Guilhermino deviam ter recolhido o ITCMD duas vezes; o primeiro, quando das aceitações da herança e o segundo, quando da transmissão. No que tange à viúva Sebastiana, em virtude do regime de casamento, ela já era detentora de 50% (cinquenta por cento) do patrimônio do casal, de forma que nada herdará, não havendo, portanto, que se falar em recolhimento de ITCMD.
- d) os atos de renúncias à herança praticados por Petronila e Janúncio são revogáveis.
- e) a viúva Sebastiana cometeu crime de sonegação fiscal ao não recolher o imposto estadual sobre transmissão *causa mortis*, tendo em vista que não recolheu o ITCMD sobre os 50% (cinquenta por cento) do patrimônio que herdou de João do Espírito Santo.

33ª QUESTÃO

Acerca da Lei que regula a ação popular, é CORRETO afirmar que:

- a) caso decorridos 15 (quinze) dias da publicação da sentença condenatória de segunda instância, sem que o autor ou terceiro promova a respectiva execução, o representante do Ministério Público a promoverá nos 15 (quinze) dias seguintes, sob pena de falta grave.
- b) a sentença que, julgando procedente a ação popular, decretar a invalidade do ato impugnado, condenará ao pagamento de perdas e danos os responsáveis pela sua prática e os beneficiários dele, ressalvada a ação regressiva contra os funcionários causadores de dano, quando incorrerem em culpa.
- c) a ação prevista nesta lei prescreve em 10 (dez) anos.
- d) caso não requerida, até o despacho saneador, a produção de prova testemunhal ou pericial, o juiz ordenará vista às partes por 05 (cinco) dias, para alegações, sendo-lhe os autos conclusos, para sentença, 48 (quarenta e oito) horas após a expiração desse prazo; havendo requerimento de prova, o processo tomará o rito ordinário.
- e) o prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

34ª QUESTÃO

A respeito dos benefícios previdenciários dispostos na Lei Municipal Complementar nº 002/2024, é CORRETO afirmar que:

- a) se o servidor, após filiação ao IPSE, torna-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros previstos no *caput* serão proporcionalmente alterados, considerando-se o número de anos em que exerceu as funções do cargo público sem e com deficiência, observando o grau correspondente, conforme previsto no regulamento do Regime Geral de Previdência Social.
- b) o servidor público cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação destes agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, será aposentado voluntariamente, desde que cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos: 58 (cinquenta e oito) anos de idade; 25 (vinte e cinco) anos de contribuição e de efetiva exposição a agentes nocivos; 15 (quinze) anos de efetivo exercício de serviço público; 10 (dez) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.
- c) o servidor público beneficiário do RPPS com deficiência será aposentado voluntariamente, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 05 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, cumpridos os seguintes requisitos: 15 (quinze) anos de contribuição, se mulher, e 20 (vinte) anos de contribuição, se homem, no caso de deficiência grave.
- d) é permitido o cômputo do tempo de contribuição de efetivo exercício das funções de magistério de 25 (vinte e cinco) anos de contribuição para aposentadoria, em que o professor esteve à disposição de outro órgão fora da unidade escolar.
- e) o servidor público titular do cargo de professor será aposentado voluntariamente, desde que cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos: 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, e 60 (sessenta) anos de idade, se homem; 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, exclusivamente, em efetivo exercício das funções de magistério, na Educação Infantil, no Ensino Fundamental ou Médio e nos demais casos de professor; 15 (quinze) anos de efetivo exercício no serviço público e 10 (dez) anos no cargo em que for concedida a aposentadoria.

35ª QUESTÃO

No tocante à Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelecida pela Lei nº 6.938/1981, analise as proposições a seguir.

- I- A Política Nacional do Meio Ambiente visa, dentre outras ações, ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais.
- II- Compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA estabelecer, mediante proposta do IBAMA, normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pelos Estados e supervisionado pelo IBAMA.
- III- O poluidor é obrigado, se houver culpa comprovada, a indenizar ou a reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

É CORRETO o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I apenas.
- c) II apenas.
- d) II e III apenas.
- e) I e II apenas.

36ª QUESTÃO

Analise as afirmativas a seguir, que abordam os conceitos trazidos pela Lei nº 12.651, de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

- I- Conforme a Lei nº 12.651, de 2012, entende-se por Amazônia Legal: os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão.
- II- Área de Preservação Permanente – APP é a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- III- O uso alternativo do solo acontece através da exploração, mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.
- IV- O manejo sustentável é a administração da vegetação natural para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.
- V- Pequena propriedade ou posse rural familiar é aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária, independentemente do tipo de mão-de obra contratado para seu estabelecimento.

É CORRETO o que se afirma apenas em:

- a) I, II e IV.
- b) II e IV.
- c) III, IV e V.
- d) I, III e V.
- e) I e II.

37ª QUESTÃO

Sobre a nacionalidade originária e derivada, conforme previsão constitucional e Lei de Migração, marque a alternativa CORRETA.

- a) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização por condenação penal ou de atentado contra a ordem pública e aos bons costumes.
- b) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país e os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que quaisquer deles esteja a serviço do Brasil, pois somos optantes do regime *ius solis*.
- c) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- d) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.
- e) A naturalização extraordinária será concedida a pessoa de qualquer nacionalidade fixada no Brasil há mais de 04 (quatro) anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira.

38ª QUESTÃO

Considerando as garantias constitucionais previstas na Constituição Federal Brasileira de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Constituição Federal prevê a imprescritibilidade dos crimes de racismo, garantindo a punição mesmo após o transcurso de determinado período de tempo.
- b) O direito à liberdade de expressão pode ser restringido sem a devida fundamentação legal.
- c) A inviolabilidade do domicílio não se estende aos estrangeiros residentes no país.
- d) O direito de propriedade é absoluto, não podendo sofrer restrições estabelecidas em lei.
- e) A igualdade perante a lei é garantida, sendo vedada qualquer forma de discriminação.

39ª QUESTÃO

Considerando os remédios constitucionais previstos na Constituição Federal brasileira de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O *habeas data* é um instrumento que garante o acesso a informações sobre a pessoa do impetrante em órgãos governamentais.
- b) Sobre o *habeas corpus*, é correto afirmar que, no Brasil, não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
- c) O mandado de injunção é cabível para compelir o Poder Legislativo a editar lei que regulamente direitos constitucionais.
- d) A ação popular é uma via adequada para questionar atos meramente políticos do Presidente da República.
- e) O mandado de segurança pode ser impetrado contra atos de gestão comercial praticados por empresas privadas.

40ª QUESTÃO

Considerando os direitos de família e institutos jurídicos correlatos, previstos no Código Civil brasileiro de 2002, CPC e leis esparsas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O pai que abandonar materialmente seus filhos perde automaticamente o poder familiar.
- b) O divórcio consensual pode ser realizado de forma extrajudicial, sem a necessidade de homologação judicial.
- c) A curatela é um instituto aplicável apenas a pessoas maiores de idade incapazes de reger os próprios atos por enfermidade mental.
- d) A adoção por estrangeiros é permitida apenas em casos excepcionais e mediante autorização judicial, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que regula a matéria em conjunto com o Código Civil.
- e) O tutor pode alienar bens do tutelado sem autorização judicial em caso de necessidade urgente.